

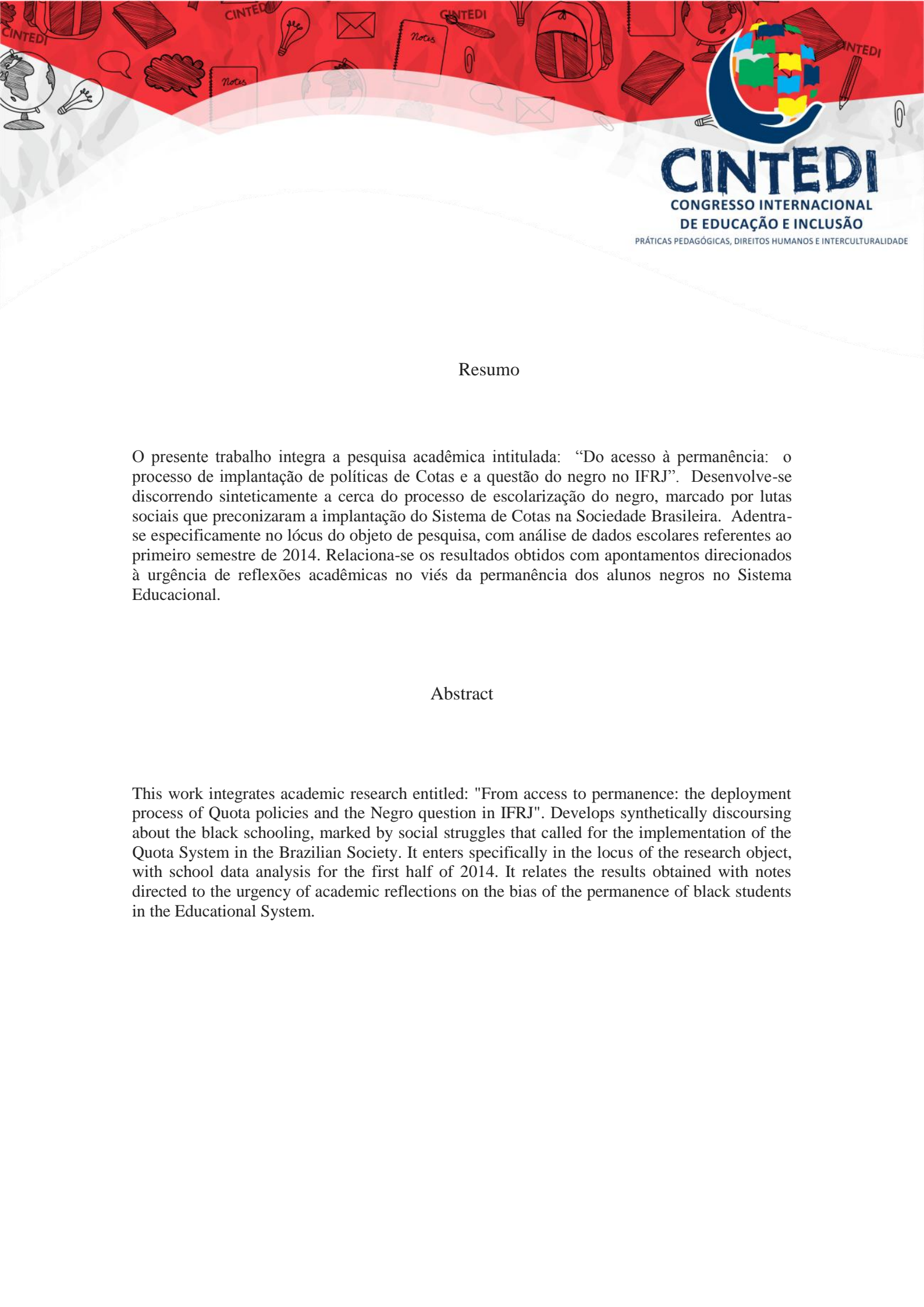
O Sistema de Cotas - reflexão dos antecedentes históricos que impactaram esta política de acesso, uma análise do acesso e permanência dos cotistas negros no Ensino Médio Técnico do IFRJ/Campus Nilópolis.

Autor(a): Barbara Aparecida Nunes Silva

Universidade do Grande Rio - Unigranrio
(Mestranda - Mestrado Acadêmico em Letras e Ciências Humanas)

Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ
(Técnica em Assuntos Educacionais)

e-mail: barbara16ifrj@gmail.com

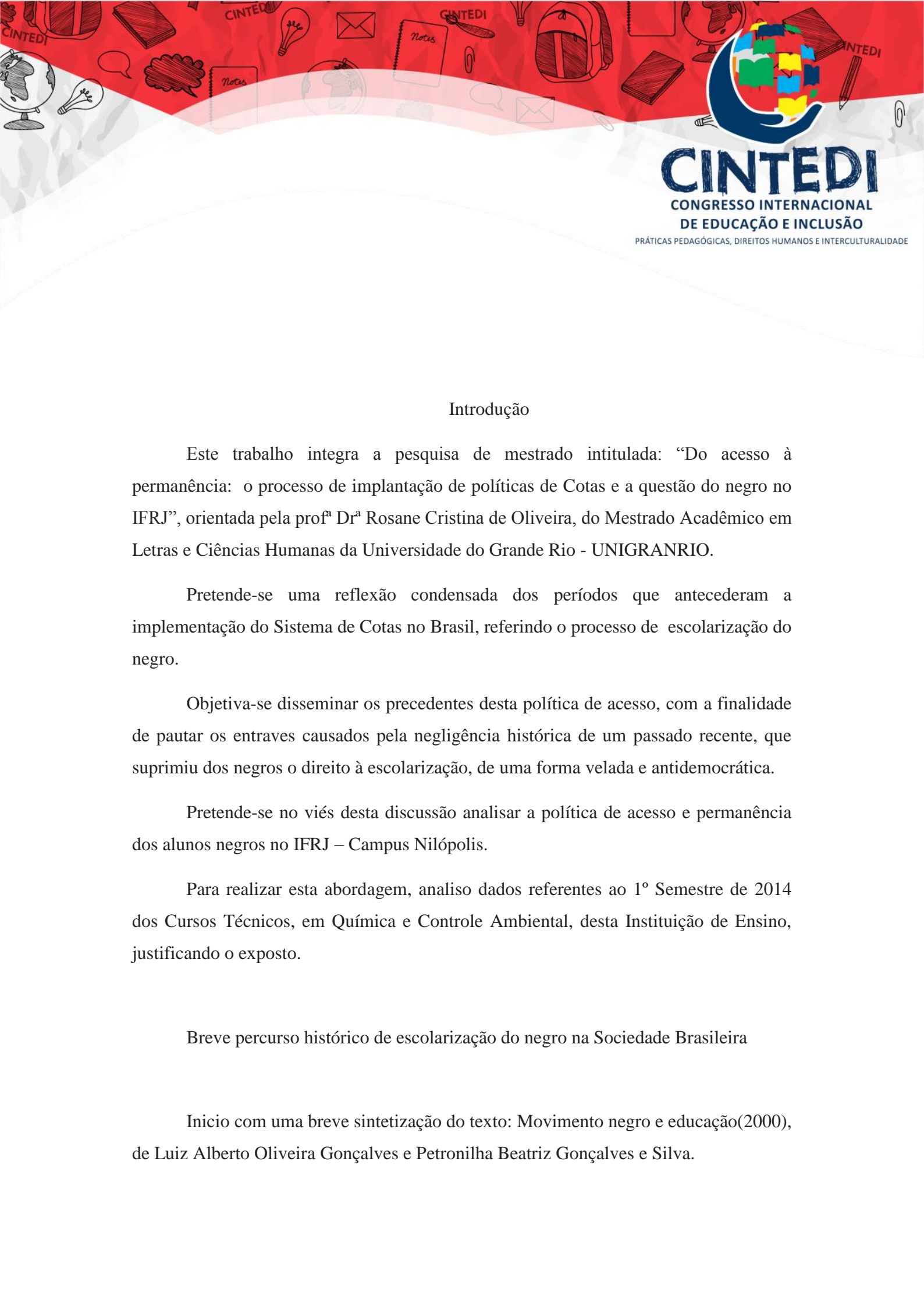


Resumo

O presente trabalho integra a pesquisa acadêmica intitulada: “Do acesso à permanência: o processo de implantação de políticas de Cotas e a questão do negro no IFRJ”. Desenvolve-se discorrendo sinteticamente a cerca do processo de escolarização do negro, marcado por lutas sociais que preconizaram a implantação do Sistema de Cotas na Sociedade Brasileira. Adentra-se especificamente no lócus do objeto de pesquisa, com análise de dados escolares referentes ao primeiro semestre de 2014. Relaciona-se os resultados obtidos com apontamentos direcionados à urgência de reflexões acadêmicas no viés da permanência dos alunos negros no Sistema Educacional.

Abstract

This work integrates academic research entitled: "From access to permanence: the deployment process of Quota policies and the Negro question in IFRJ". Develops synthetically discoursing about the black schooling, marked by social struggles that called for the implementation of the Quota System in the Brazilian Society. It enters specifically in the locus of the research object, with school data analysis for the first half of 2014. It relates the results obtained with notes directed to the urgency of academic reflections on the bias of the permanence of black students in the Educational System.



Introdução

Este trabalho integra a pesquisa de mestrado intitulada: “Do acesso à permanência: o processo de implantação de políticas de Cotas e a questão do negro no IFRJ”, orientada pela profª Drª Rosane Cristina de Oliveira, do Mestrado Acadêmico em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO.

Pretende-se uma reflexão condensada dos períodos que antecederam a implementação do Sistema de Cotas no Brasil, referindo o processo de escolarização do negro.

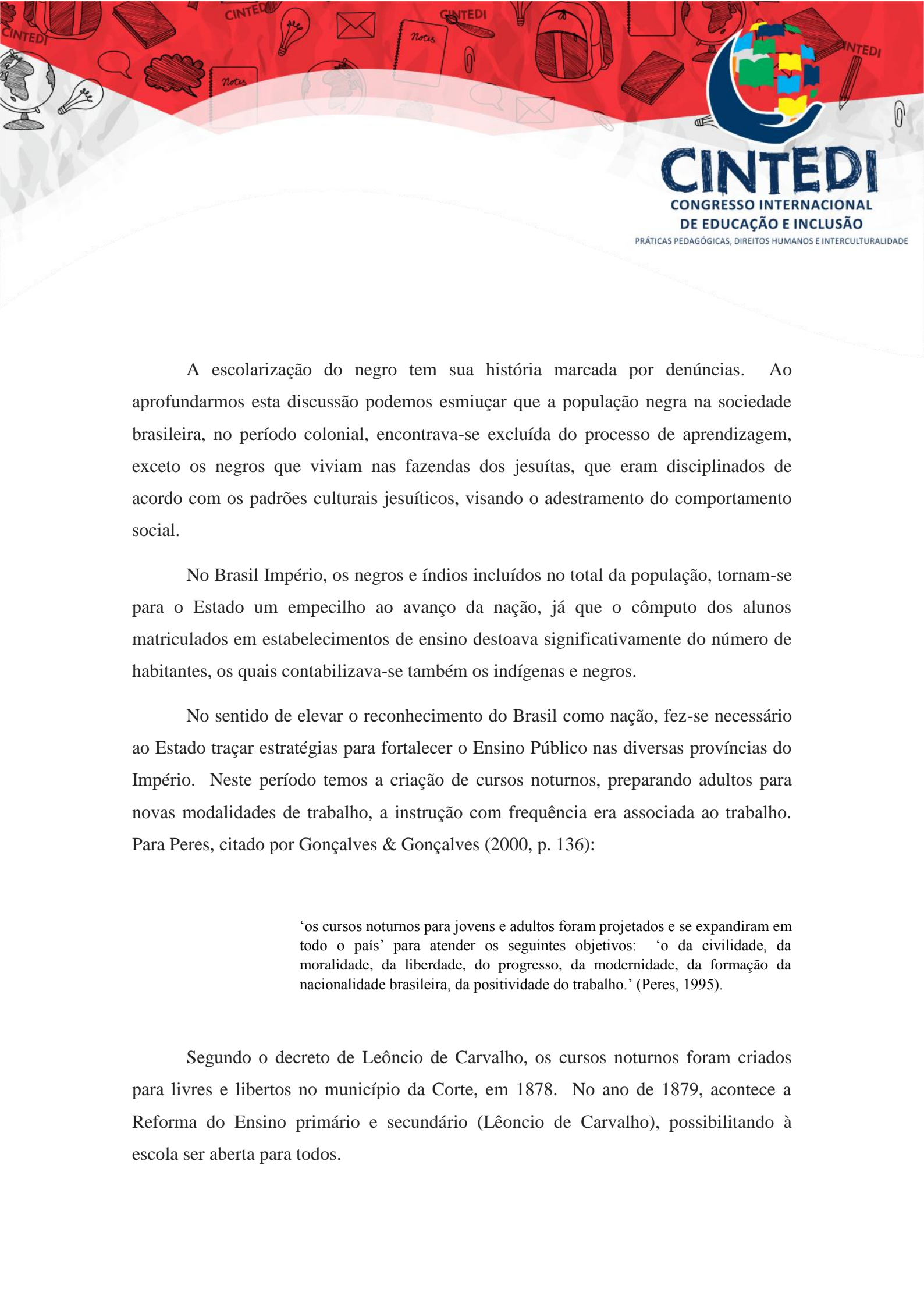
Objetiva-se disseminar os precedentes desta política de acesso, com a finalidade de pautar os entraves causados pela negligência histórica de um passado recente, que suprimiu dos negros o direito à escolarização, de uma forma velada e antidemocrática.

Pretende-se no viés desta discussão analisar a política de acesso e permanência dos alunos negros no IFRJ – Campus Nilópolis.

Para realizar esta abordagem, analiso dados referentes ao 1º Semestre de 2014 dos Cursos Técnicos, em Química e Controle Ambiental, desta Instituição de Ensino, justificando o exposto.

Breve percurso histórico de escolarização do negro na Sociedade Brasileira

Início com uma breve sintetização do texto: Movimento negro e educação(2000), de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.



A escolarização do negro tem sua história marcada por denúncias. Ao aprofundarmos esta discussão podemos esmiuçar que a população negra na sociedade brasileira, no período colonial, encontrava-se excluída do processo de aprendizagem, exceto os negros que viviam nas fazendas dos jesuítas, que eram disciplinados de acordo com os padrões culturais jesuítas, visando o adestramento do comportamento social.

No Brasil Império, os negros e índios incluídos no total da população, tornam-se para o Estado um empecilho ao avanço da nação, já que o cômputo dos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino destoava significativamente do número de habitantes, os quais contabilizava-se também os indígenas e negros.

No sentido de elevar o reconhecimento do Brasil como nação, fez-se necessário ao Estado traçar estratégias para fortalecer o Ensino Público nas diversas províncias do Império. Neste período temos a criação de cursos noturnos, preparando adultos para novas modalidades de trabalho, a instrução com frequência era associada ao trabalho. Para Peres, citado por Gonçalves & Gonçalves (2000, p. 136):

‘os cursos noturnos para jovens e adultos foram projetados e se expandiram em todo o país’ para atender os seguintes objetivos: ‘o da civilidade, da moralidade, da liberdade, do progresso, da modernidade, da formação da nacionalidade brasileira, da positividade do trabalho.’ (Peres, 1995).

Segundo o decreto de Leônicio de Carvalho, os cursos noturnos foram criados para livres e libertos no município da Corte, em 1878. No ano de 1879, acontece a Reforma do Ensino primário e secundário (Leônicio de Carvalho), possibilitando à escola ser aberta para todos.

Dentro do contexto do século XIX, observa-se que mesmo diante do viés da escola para todos, o panorama da época compunha uma sociedade escravocrata, com cativos e negros, ainda que libertos, excluídos das estruturas educacionais vigentes.

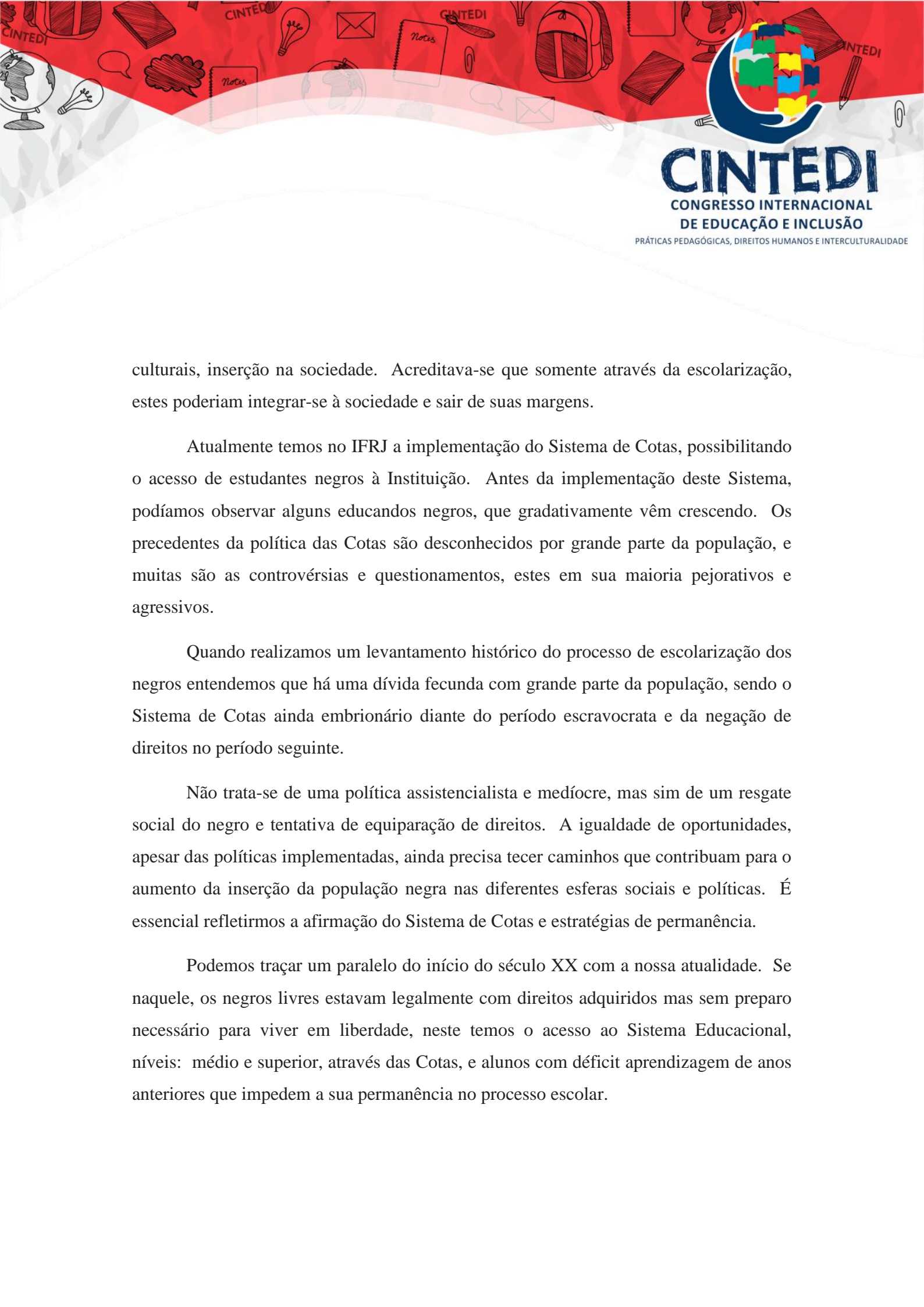
Ao adentrarmos o século XX, nos deparamos com o abandono da população negra, período de grandes transformações na sociedade brasileira, que iniciava aceleradamente o processo de modernização, e uma classe da sociedade, a população negra, que havia passado recentemente pelo processo abolicionista, encontrava-se totalmente aquém às mudanças e vivendo às margens da sociedade.

Nesse contexto de mudanças iniciaram-se os movimentos de protestos negro no país. Ao longo do século XX a convivência entre as raças era marcada por diversos conflitos, sem pacificidade. Os movimentos oriundos deste período refletem atualmente algumas conquistas, entre elas a política de acesso através das Cotas.

A implementação do Sistema de Cotas no IFRJ, campus Nilópolis

O Sistema de Cotas pode ser entendido como uma política de reparação resultante de períodos históricos marcados por exclusão, abandono e lutas constantes em favor da escolarização dos excluídos, a população negra. Uma ação afirmativa que considera a diminuição da desigualdade socioeconômica em relação às raças.

Abarco, em específico nesta configuração, a Escola Técnica de Química da década de 40. Consultas bibliográficas não fazem referência ao acesso dos negros neste ambiente e se analisarmos a sociedade brasileira neste período observamos que os negros viviam às sombras da escravidão do século XIX. O momento era de transição, de alocar-se no espaço e no tempo. A identidade precisava ser resgatada, seus processos



culturais, inserção na sociedade. Acreditava-se que somente através da escolarização, estes poderiam integrar-se à sociedade e sair de suas margens.

Atualmente temos no IFRJ a implementação do Sistema de Cotas, possibilitando o acesso de estudantes negros à Instituição. Antes da implementação deste Sistema, podíamos observar alguns educandos negros, que gradativamente vêm crescendo. Os precedentes da política das Cotas são desconhecidos por grande parte da população, e muitas são as controvérsias e questionamentos, estes em sua maioria pejorativos e agressivos.

Quando realizamos um levantamento histórico do processo de escolarização dos negros entendemos que há uma dívida fecunda com grande parte da população, sendo o Sistema de Cotas ainda embrionário diante do período escravocrata e da negação de direitos no período seguinte.

Não trata-se de uma política assistencialista e medíocre, mas sim de um resgate social do negro e tentativa de equiparação de direitos. A igualdade de oportunidades, apesar das políticas implementadas, ainda precisa tecer caminhos que contribuam para o aumento da inserção da população negra nas diferentes esferas sociais e políticas. É essencial refletirmos a afirmação do Sistema de Cotas e estratégias de permanência.

Podemos traçar um paralelo do início do século XX com a nossa atualidade. Se naquele, os negros livres estavam legalmente com direitos adquiridos mas sem preparo necessário para viver em liberdade, neste temos o acesso ao Sistema Educacional, níveis: médio e superior, através das Cotas, e alunos com déficit aprendizagem de anos anteriores que impedem a sua permanência no processo escolar.

Faz-se necessário, em suma, a disseminação à população em geral das prerrogativas do Sistema de Cotas e investigar as políticas sociais e educacionais de permanência dos alunos cotistas no ambiente educacional.

Apono que sem análise documental dificulta-se a afirmação de que os negros não estavam matriculados nas escolas profissionais no séc. XX, década de 40 e posiciono este trabalho na reflexão das políticas de acesso aos Sistemas Educacionais e a permanência desses educandos no processo educacional.

Análise de dados

No ano de 2013, o IFRJ atendendo a uma determinação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada através do decreto: nº 7824, de 29 de outubro de 2012, que estabelece normas para efetivação de reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas no concurso de acesso à Instituição aos estudantes oriundos do Sistema de Ensino Fundamental cursado integralmente em escolas públicas, de acordo com a Lei nº 12.711(2012),

Art. 4o As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5o Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

No âmbito da Instituição, organizou-se o processo seletivo conforme abaixo:

GRUPO 1A - Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

GRUPO 1B - Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

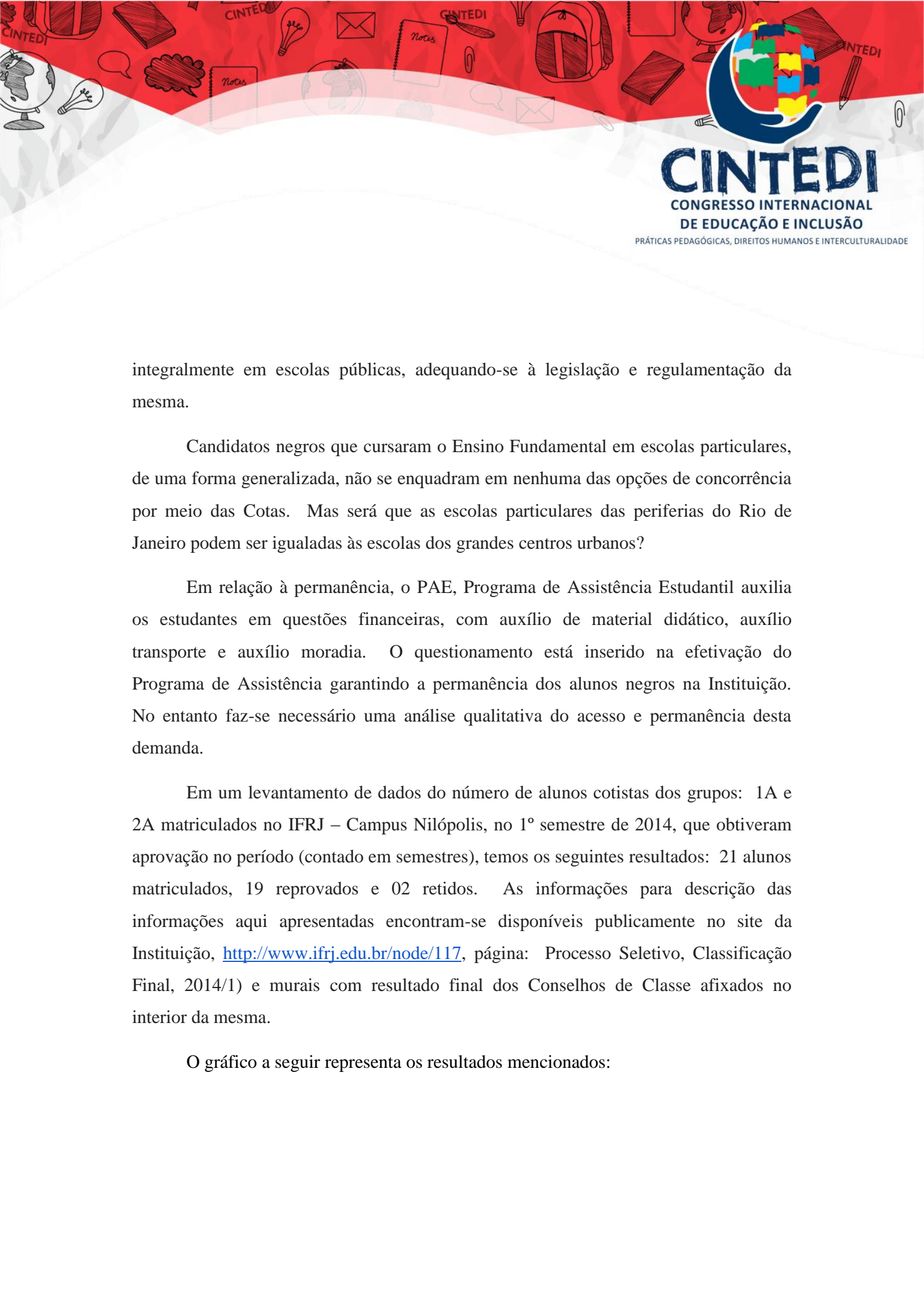
GRUPO 2A - Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

GRUPO 2B Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas.

GRUPO 3 - Candidatos que não cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas ou que não optaram pelas vagas reservadas (Ampla Concorrência). (Edital nº7/2014, retirado do site: <http://www.ifrj.edu.br/node/117>)

Os grupos 1A e 2A são os objetos de estudo neste trabalho pois focalizam a população negra dentro das possibilidades de acesso por meio do Sistema de Cotas.

As políticas educacionais possibilitando a entrada dos alunos negros nesta Instituição é recente, e não compõe somente a população negra, mas uma série de fatores associados à raça, como condições sócio-econômicas e histórico escolar anterior



integralmente em escolas públicas, adequando-se à legislação e regulamentação da mesma.

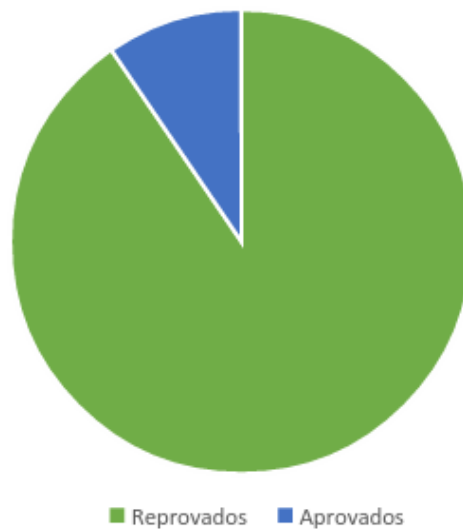
Candidatos negros que cursaram o Ensino Fundamental em escolas particulares, de uma forma generalizada, não se enquadram em nenhuma das opções de concorrência por meio das Cotas. Mas será que as escolas particulares das periferias do Rio de Janeiro podem ser igualadas às escolas dos grandes centros urbanos?

Em relação à permanência, o PAE, Programa de Assistência Estudantil auxilia os estudantes em questões financeiras, com auxílio de material didático, auxílio transporte e auxílio moradia. O questionamento está inserido na efetivação do Programa de Assistência garantindo a permanência dos alunos negros na Instituição. No entanto faz-se necessário uma análise qualitativa do acesso e permanência desta demanda.

Em um levantamento de dados do número de alunos cotistas dos grupos: 1A e 2A matriculados no IFRJ – Campus Nilópolis, no 1º semestre de 2014, que obtiveram aprovação no período (contado em semestres), temos os seguintes resultados: 21 alunos matriculados, 19 reprovados e 02 retidos. As informações para descrição das informações aqui apresentadas encontram-se disponíveis publicamente no site da Instituição, <http://www.ifrj.edu.br/node/117>, página: Processo Seletivo, Classificação Final, 2014/1) e murais com resultado final dos Conselhos de Classe afixados no interior da mesma.

O gráfico a seguir representa os resultados mencionados:

Situação Escolar - alunos dos Grupos 1A e 2A
(1ºSemestre/2014)



O gráfico acima mostra uma discrepância acentuada entre acesso e permanência. Faz-se necessário ponderar políticas de permanência e planejamentos estratégicos que contribuam para a efetiva formação dos educandos negros. Para GOFFMAN(2007):

Uma quarta discrepância entre aparência e realidade total pode ser citada. Verificamos que há muitas representações que não poderiam ser feitas se certas tarefas não tivessem sido realizadas, tarefas estas que são fisicamente sujas, quase ilegais, cruéis e de certo modo degradantes. Mas estes fatos perturbadores raramente são expressos numa representação. Nas palavras de Hughes, temos a tendência a esconder de nosso público todos os indícios de “trabalho sujo”, quer o realizemos em particular ou encarreguemos um empregado de fazê-lo, entreguemo-lo ao mercado impessoal, ao especialista legítimo ou ilegítimo.” (Goffman, Erving. 2007. Pág.48)

Podemos relacionar a “aparência” citada por Goffman ao acesso dos educandos negros através do Sistema de Cotas, e “a realidade total”, aos resultados obtidos em relação à permanência. Ambos não se aproximam, estando fora de sintonia. A política de acesso permite a entrada da população negra, mas o contexto no qual convivem dificulta a sua permanência.

Estudantes negros advindos do Sistema de Ensino Fundamental da Rede Pública tem a possibilidade de acesso através da política de Cotas, mas sua permanência está igualada aos estudantes que ingressam em ampla concorrência.

Devemos ter precaução ao entrarmos neste mérito, considerando que a inclusão supõe educação igualitária. Mas se não refletirmos sobre esta questão estaremos silenciando algo iminente, a exclusão na inclusão.

Considerações finais

Ao refletirmos sobre o processo de escolarização dos negros no Brasil podemos pensar que o que temos é resultado de grandes lutas durante um longo período da história brasileira. Não podemos negar a nossa existência, o que representamos. Avançar é necessário, com mais lutas e conseqüentemente conquistas.

Os conteúdos lecionados exigem dos educandos conhecimento científico anterior, que encontra-se, em muitos casos, defasado por diversos fatores, sendo o fator mais marcante a carência no processo ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental Público, onde há problemas estruturais, falta de professores, entre outros.

A presente discussão inicial é fundamental para aprofundarmos estudos acadêmicos referentes à permanência da população negra no IFRJ – Campus Nilópolis.

Referências

ALMEIDA, J. R. P. de, (2000). Instrução pública no Brasil (1500 – 1889) – história e legislação. 2. Ed. Ver. São Paulo: Ed. Da PUC/SP. Ed. Crítica Maria do Carmo Guedes. Trad. Antônio Chizzotti.

CHALHOUB, S., (1988). Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.8, nº 16, mar./ago.

FERREIRA, A. & BITTAR, M., (2000). Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. São Carlos.

FONSECA, M. V., (2000). Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil(1867-1889). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

GOFFMAN, Erving. (2007). A representação do eu na vida cotidiana: tradução de Maria Célia Santos Raposo, 14ª edição. Petrópolis, Vozes. Do original em Inglês: The presentation of self in everyday life.

GONÇALVES, L. A., SILVA, P. B. G. E., (2000). Movimento Negro e Educação. Revista Brasileira de Educação. p. 134 – 158

IFRJ, Processo Seletivo - Classificação Final. Disponível em: <<http://www.ifrj.edu.br/node/117>> Acesso em 28 de Outubro de 2014.

PERES, E. T.,(1995). “Tempo da Luz”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pelotense(1875-1915). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS.

Presidência da República, Lei 12711. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso
em 28 de Outubro de 2014.

Presidência da República, Decreto D7824. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm>
Acesso em 28 de Outubro de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In:
Alienígenas na Sala de Aula: Uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação.
Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do
Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. (org). A Produção Social da Identidade e da Diferença. In:
Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.